

PSIS 21

| REVISTA OFICIAL DA ORDEM DOS PSICÓLOGOS PORTUGUESES | Nº4 | Novembro 2012 |



Não há recuperação económica sem cuidar da saúde mental dos cidadãos

ESPECIALIDADES DA PSICOLOGIA

**Os riscos e as
oportunidades da
especialização**

CURSOS DE FORMAÇÃO

**Reconhecimento das
experiências profissionais**

FIAP

**Federação
Ibero-Americana das
Associações de Psicologia**

REGRAS DE PUBLICIDADE NAS PUBLICAÇÕES DA ORDEM DOS PSICÓLOGOS PORTUGUESES

A Direcção da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) entende que o conteúdo da publicidade a incluir nas suas publicações deve respeitar de forma efectiva os princípios relativos à defesa da Psicologia, enquanto ciência e profissão, referidos na Lei n.º 57/2008, de 4 de Setembro, e no Estatuto da OPP aprovado em anexo a esta lei. A publicidade constante das publicações da OPP respeita assim, em todos os casos, os princípios éticos de defesa da Psicologia como ciência e profissão que são exigíveis a uma organização como a OPP.

Sem prejuízo das creditações concedidas por organismos oficiais portugueses, não é permitida publicidade que inclua referências a creditações concedidas por entidades nacionais ou estrangeiras que não tenham celebrado acordos de reconhecimento mútuo com a OPP.

Os conteúdos de toda a publicidade presente na Revista da OPP são da exclusiva responsabilidade dos seus autores e devem estar devidamente assinalados enquanto tal.

Direcção da Ordem dos Psicólogos Portugueses,
13 de Dezembro de 2011

PARA ANUNCIAR, POR FAVOR CONTACTE
publicidade@ordemdospsicologos.pt



Saber como os outros fazem, mostrar como fazemos. É este o sentido da internacionalização da Ordem. Dois anos de actividade intensa têm servido para afirmar os psicólogos portugueses tanto no plano nacional como internacional. E iremos continuar a fazê-lo, pois sabemos que o futuro da psicologia depende muito destes contactos. Os ganhos desta aproximação reflectem-se nas práticas das organizações profissionais e permitem conquistas para a profissão, descoberta de novas formas de aplicação da psicologia, em última análise uma maior presença dos psicólogos na sociedade e ao serviço dos cidadãos.

Desde a sua formação a Ordem beneficiou muito do conhecimento e experiência de outras organizações profissionais. Conhecemos o trabalho dos outros, ouvimos falar dos sucessos e dificuldades, aprendemos como fazer melhor, para podermos fazer mais rápido, recuperando o tempo de atraso. Assim poderemos “queimar etapas” e conseguir em menos tempo o que outros levaram muitos anos a alcançar.

Temos respondido aos convites que nos são feitos, dentro dos limites que se impõem, e participado em reuniões e congressos diversos, para marcar a presença dos psicólogos portugueses, e descobrir oportunidades de colaboração, projectos conjuntos e benefícios para os membros da Ordem. Um bom exemplo foi o da 2ª Mostra de Práticas em Psicologia, que decorreu em S. Paulo, onde levámos os trabalhos de mais de 30 psicólogos portugueses, que foram expostos aos mais de 12.500 participantes.

O trabalho da Ordem tem sido amplamente reconhecido a nível internacional. Daí que nos tenha sido confiado, por duas importantes instituições internacionais, a organização dos seus congressos, que decorrerão em Portugal em 2013 e em 2014. Já no próximo ano terá lugar, no Porto, o congresso da International School Psychology Association, a que se seguirá, no ano seguinte, o IX Congresso da Federação Ibero-Americana de Associações de Psicologia, que decorrerá em simultâneo com o 2º Congresso da Ordem dos Psicólogos.

Além disso, cabe a Portugal a presidência da Federação Ibero-Americana de Associações de Psicologia, que assumi há pouco mais de um mês, e que pretendo que seja uma grande oportunidade de influência das comunidades de língua portuguesa e espanhola no plano internacional. Sem esquecer a aproximação que temos feito aos países da CPLP, e que poderá vir a reforçar algumas alianças de colaboração.

Nesta afirmação internacional é fundamental o papel que a base de dados de acesso aberto Redalyc tem. A Redalyc configura-se como um importante agregador de publicações científicas em língua portuguesa e espanhola, que permitem uma enorme difusão do que melhor se faz, e com isso o aumento do conhecimento mútuo, algo que se fazia quase em exclusivo para o universo das publicações em língua inglesa.

A internacionalização tem ainda o sentido de nos mostrarmos fora das nossas fronteiras, dando o nosso contributo à comunidade internacional, e pelo que me é dado observar nos diferentes locais, os trabalhos dos psicólogos portugueses estão ao nível do que se faz por esse mundo fora. Precisamos de mostrá-los, sem falsas modéstias, estabelecendo-nos como pares nas práticas e no conhecimento. O acesso está facilitado pelo facto de termos atraído duas grandes iniciativas internacionais para o nosso país. Desejo que estes dois congressos tenham uma adesão massiva dos psicólogos portugueses. Fica feito o convite.

Telmo Mourinho Baptista
Bastonário

Telmo Mourinho Baptista
DIRECTOR

Duarte Zoio
EDITOR

David Neto
Francisco Rodrigues
Maria Cortes
Vitor Coelho
COLABORAÇÃO

publicidade@ordemdospsicologos.pt
PUBLICIDADE

Ordem dos Psicólogos Portugueses
www.ordemdospsicologos.pt
PROPRIETÁRIO

Nau Identidade
www.nauidentidade.com
DESIGN

A3 . Artes Gráficas, Lda.
www.a3-pt.com
TIPOGRAFIA

22.000 exemplares
TIRAGEM

2,50 euros
P.V.P.

—
Isenta de registo na ERC ao abrigo do
art. 12º, n.º 1 a) do Decreto-Regulamentar
8/99 de 9 de Junho

—
ISSN 2182-4479



ORDEM
DOS
PSICÓLOGOS

P. 03
EDITORIAL

P. 05
BREVES

P. 06
CONSTRUINDO AS ESPECIALIDADES DA PSICOLOGIA
EM PORTUGAL

Os riscos e as oportunidades da especialização

P. 11
CONTRIBUTOS DA ORDEM DOS PSICÓLOGOS INTEGRADOS
NA NOVA LEI DE BASES DOS CUIDADOS PALIATIVOS

P. 13
NÃO HÁ RECUPERAÇÃO ECONÓMICA SEM CUIDAR
DA SAÚDE MENTAL DOS CIDADÃOS

Participação nos Planos de Saúde

P. 16
CURSOS DE FORMAÇÃO

Balanço final do curso para quem obteve o reconhecimento
de experiências profissionais

P. 20
FIAP
Federação Ibero-Americana das Associações de Psicologia

P. 26
BENEFÍCIOS

Ordem pronuncia-se na AR sobre os Serviços de Psicologia e Orientação

A Direcção da OPP foi ouvida em Setembro na Assembleia da República pela Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura. Esta reunião teve como intuito sensibilizar os deputados presentes para questões relacionadas com a intervenção dos psicólogos em contexto escolar. Entre outros temas abordados, refira-se que a OPP sublinhou a necessidade de se rever e enquadrar os vários regimes em que os psicólogos prestam serviços nas escolas e para o facto de, apesar do compromisso do Ministério da Educação e Ciência, diversas escolas ainda não terem psicólogos, não obstante o ano lectivo já ter iniciado. A OPP solicitou ainda a revisão da portaria 1189/10, referente à habilitação para a docência da disciplina de Psicologia no ensino secundário.

Seminário Internacional
de Psicologia da Educação

A Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) marcou presença no Seminário Internacional de Psicologia da Educação: “Chegados até aqui, que caminho?...”, que teve lugar em S. Miguel, nos Açores, no passado dia 12 de Outubro. Na conferência subordinada ao tema “O contributo da Ordem para a promoção da Psicologia da Educação em Portugal”, Maria da Luz Melo, da Direcção Nacional da OPP, destacou alguns dos principais contributos da OPP, desde a tomada de posse da Direcção até à actualidade, na defesa dos psicólogos que, em Portugal, desenvolvem o seu trabalho nas escolas.

Ordem reúne com Secretária
de Estado do Ensino Básico e
Secundário

A Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) reuniu-se em Setembro com a Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário e expressou a sua preocupação relativamente à possibilidade da colocação de professores nos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), com o objectivo de realizarem “orientação escolar”. A Senhora Secretária de Estado, Prof. Doutora Isabel Leite assegurou que não existe qualquer intenção do Ministério de colocar professores nos Serviços de Psicologia e Orientação, nem que estes assegurem o acompanhamento de alunos no âmbito da Orientação Escolar e Profissional. Foi também reforçada, por parte da OPP, a disponibilidade para participar na revisão do enquadramento de atribuições do psicólogo em contexto escolar, tendo a Sra. Secretária de Estado solicitado ainda o apoio da OPP na revisão do enquadramento e funções dos Centros de Novas Oportunidades (CNO).

Ordem apresenta
as principais conclusões
da Conferência da EFPA

A OPP esteve presente na Conferência da European Federation of Psychologists' Associations (EFPA) que decorreu em Bruxelas entre os dias 20 e 21 de Setembro de 2012. Esta conferência contou com a presença de mais de 75 especialistas em Psicologia, representantes da Organização Mundial de Saúde e peritos da Comissão Europeia e as conclusões foram divulgadas recentemente. De acordo com os estudos apresentados, as intervenções psicológicas melhoram a qualidade de vida, permitindo simultaneamente reduzir os custos com a saúde. A título de exemplo, refira-se que o retorno de investimento na promoção da saúde no trabalho é da ordem dos 10:1, enquanto as estratégias de prevenção da doença permitem reduzir a incidência de depressão e de ansiedade em cerca de 25%.

Ordem dos Psicólogos presente
na Convenção Anual da APA

A Ordem foi convidada pela presidente da American Psychological Association (APA), Suzanne Bennett Johnson, para estar presente nesta iniciativa que reuniu 27 dirigentes de 19 associações de Psicologia de vários pontos do mundo. Dos resultados do encontro salienta-se a concordância para desenvolver um acordo entre a OPP e APA que inclua aspectos relacionados com a formação, intercâmbios de informação e partilha de experiências, a ser assinado no próxima Convenção. Refira-se a importância deste acordo face ao facto de outros países, com organizações representativas mais antigas, o terem só este ano formalizado. Esta convenção foi um momento de aprendizagem e de contacto com uma das mais antigas e maiores organizações de psicologia do mundo e uma referência Mundial para todos os Psicólogos.

Contributo da Psicologia para
o Envelhecimento Saudável

O Bastonário da Ordem dos Psicólogos esteve presente no Colóquio “A Arte de Bem Envelhecer - Diferentes Perspectivas Sobre o Envelhecimento Activo”, que se realizou na Biblioteca Museu República e Resistência, promovido pelo Centro de Formação e Investigação em Psicologia (CEFIPSI). O Prof. Doutor Telmo Mourinho Baptista destacou o papel dos psicólogos no trabalho com o envelhecimento activo nas múltiplas esferas, tais como pessoal, grupal, familiar e comunitária. O Bastonário anunciou também um conjunto de medidas que se prendem com a formação e a certificação de cursos que estão em desenvolvimento na Ordem, bem como uma campanha de sensibilização para os diferentes papéis dos psicólogos na sociedade.

Ordem dos Psicólogos no 2º
Encontro de Psicologia da CPLP

No âmbito do acordo estabelecido em Abril de 2012, decorreu em São Paulo o 2º Encontro das Organizações de Profissionais de Psicologia da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Neste 2º Encontro de Psicologia da CPLP estiveram presentes cerca de 40 pessoas, incluindo os representantes dos países que assinaram o acordo que visa desenvolver um canal de integração e colaboração que promova o conhecimento científico, a pesquisa e os intercâmbios culturais e sociais dos psicólogos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Os diferentes países discutiram assuntos que deram conta da actual situação de cada país em 5 áreas: Saúde Mental, Direitos Humanos, Avaliação Psicológica, Formação e Mundo Digital.

CONSTRUINDO AS ESPECIALIDADES DA PSICOLOGIA EM PORTUGAL

OS RISCOS E AS OPORTUNIDADES DA ESPECIALIZAÇÃO

Telmo Mourinho Baptista & David Dias Neto

A especialidade é consensualmente considerada como sendo algo positivo, até ao momento em que se começa a discutir que especialidade. Na discussão dos diversos modelos de especialidade percebem-se as potenciais implicações que as mesmas poderão ter para a actividade profissional dos psicólogos.

A ideia de especialidade em si tem vantagens inegáveis. A especialidade pode ser uma forma de promover a formação e aquisição de competências que podem ser úteis quer em contextos amplos quer em contextos específicos do exercício da Psicologia. Pode ser uma forma de promover a formação contínua, o que é particularmente relevante tendo em conta que a Psicologia é uma ciência em constante actualização. Pode ainda ser uma forma de reconhecer os psicólogos que se dedicam ao seu desenvolvimento profissional. Desta forma, os psicólogos podem ir afirmando-se através da sua formação e exercício profissional e não só em função de critérios mais arbitrários. A especialidade tem ainda um papel importante na afirmação da Psicologia. Domínios de especialidade podem passar a ser reconhecidos como tal. Um cidadão que procure um psicólogo pode usar as especialidades como informação para encontrar um técnico que vá ao encontro das suas necessidades.

Sendo as vantagens das especialidades evidentes, as especialidades não são isentas de riscos. A própria ideia de especialidade em si foi questionada, no passado, por aqueles que não concebiam especialidades de psicologia, mas sim domínios de aplicação de uma ciência unificada. E se esta discussão deixou de fazer sentido nas grandes áreas da especialidade, ela ainda é bastante relevante na discriminação entre domínios mais micro. Será assim tão diferente e específica a acção de um psicólogo no contexto X ou com a população Y?

Uma especialidade irá sempre estender-se a contextos diferentes, mantendo comuns conhecimentos, intervenções ou formas de avaliação. Por esse motivo, o esforço de actualização e busca de formação não se esgota com as especialidades. Este dever de actualização é aplicável quer no contexto das especialidades quer fora dele. Mesmo no presente, o psicólogo já se encontra

“

Princípio B / Competência

Os/as psicólogos/as têm como obrigação exercer a sua actividade de acordo com os pressupostos técnicos e científicos da profissão, a partir de uma formação pessoal adequada e de uma constante actualização profissional, de forma a atingir os objectivos da intervenção psicológica. De outro modo, acresce a possibilidade de prejudicar o cliente e de contribuir para o descrédito da profissão.

A competência é adquirida através de uma formação teórica e prática especializada, obtida no ensino superior e constantemente actualizada, bem como de uma formação prática supervisionada por psicólogos/as. Cada psicólogo/a deve garantir as suas qualificações particulares em virtude dos seus estudos, formação e experiência específicas, fixando pelas mesmas os seus próprios limites.”

CÓDIGO DEONTOLÓGICO DOS PSICÓLOGOS PORTUGUESES

sujeito ao dever de procurar as formações e competências necessárias à sua intervenção. Este dever é tão importante que se encontra enunciado no código deontológico. Assim, este princípio manter-se-á com a mesma relevância depois de criadas as especialidades. As especialidades podem ser uma forma de adquirir as competências e conhecimentos necessários, mas não cessam o esforço que os psicólogos devem ter para ir ao encontro das necessidades dos seus clientes.

Mas as questões que se levantam vão para além das discussões mais conceptuais. Há um conjunto de questões que têm clara relevância para os psicólogos na sua prática. Este artigo procura reflectir sobre alguns destes assuntos e algumas soluções para que as vantagens das especialidades não sejam diminuídas pelas suas desvantagens.

UMA ESPECIALIDADE DIVERSA E FLEXÍVEL

O primeiro perigo das especialidades consiste em torná-las rígidas. Pode ser tentador em nome de uma ideia abstracta e purista de especialidade propor uma noção maximalista de especialidade. O problema desta perspectiva é que lhe está implícita uma visão exclusiva e única sobre como a especialidade deve ser. Esta abordagem perde a flexibilidade em função da passagem do tempo e modernização, mas também em função dos contextos de trabalho dos psicólogos.

A psicologia em Portugal, tem vindo a afirmar-se e a estender-se a diversos contextos profissionais. Cada vez mais há psicólogos a agir competentemente em contextos diferentes e as especialidades devem reconhecer isto. Uma especialidade que assuma um modelo inflexível de formação parte do pressuposto que a sua visão da especialidade é melhor do que outra mais associada a outros contextos profissionais.

No entanto, é importante não cair no outro extremo. A especialidade deve reconhecer um corpo comum de competências, mas a par dessas competências devem ser reconhecidas uma ampla gama de competências ou conhecimentos em áreas diferentes. A especialidade deve ser útil para cada psicólogo na prática. Por isso uma parte significativa dessa especialidade deve ser desenhada pelos próprios psicólogos que se tornam activos na sua formação.

Isto permite ainda lidar com duas questões relevantes para os psicólogos. As especialidades, concebidas numa visão rígida, tornam-se difíceis de compatibilizar com a vida profissional. A especialidade que implica quase o equivalente a um segundo curso, torna-se incompatível com a actividade corrente do psicólogo. Um modelo flexível de especialidade permite esta compatibilização e a adequação do ritmo às exigências profissionais do psicólogo. Por outro lado, há psicólogos que trabalham em áreas de fronteira entre especialidades. Um formato flexível de especialidades permite que estes psicólogos integrem, na parte variável da sua formação, elementos de outras especialidades que sejam relevantes para a sua prática.

UMA ESPECIALIDADE INCLUSIVA E AMPLA

Um segundo perigo das especialidades consiste na segregação de psicólogos. Criando especialidades fechadas corre-se o risco de haver psicólogos de primeira e de segunda. Esta divisão pode passar pela exclusão dos psicólogos não especialistas de determinados actos. Isto pode parecer tentador para quem terá a especialidade, mas limita significativamente a actividade profissional de quem começa ou de quem inicia o seu treino. Quantos anos de formação seriam necessários para um psicólogo exercer plenamente em, por exemplo, dois domínios diferentes?

Um psicólogo pode exercer num contexto e realizar os mesmos actos profissionais de uma especialidade, enquadrado pelo código deontológico. Aliás, como foi referido, os psicólogos estão sempre sujeitos ao princípio de competência; pelo que podem ser sempre responsabilizados por má prática. A especialidade será uma certificação e o especialista vê reconhecido o seu carácter de perito nessa área. A especialidade dá-lhe legitimidade e, de certa forma, uma garantia de qualidade.

A ideia de exclusão associada à especialidade parte de um pressuposto importante. Algumas áreas ultra-especializadas da psicologia estão de facto com maturidade suficiente para que o exercício nelas implique uma formação específica. Mas este exercício não implica necessariamente a criação de uma especialidade. A partição da psicologia em múltiplas especialidades micro levaria a segregação, fraca mobilidade profissional e reducionismos. A especialidade deve corresponder a áreas profissionais em que um número significativo de psicólogos exerça como actividade profissional primária. E, adicionalmente, devem ser áreas com um corpo teórico claramente distinto. Aliás, é interessante verificar que quando se questiona sobre em que áreas se situam, os psicólogos não se dispersam e referem as três grandes áreas clássicas. Os referidos domínios ultra específicos, em que apenas uma minoria de psicólogos exerçam, devem ser reconhecidos enquanto especialidades avançadas, no seio de especialidades mais amplas. As especialidades avançadas permitem uma garantia adicional para contextos mais pequenos e ultra-especializados.

UMA ESPECIALIDADE CONTINUADA E PARA TODOS

O último ponto que importa salientar prende-se com uma visão estática das especialidades. A especialidade entendida de forma dualística – generalista vs. especialista – implica a restrição do acesso à especialidade e a ideia de que quem adquiriu a especialidade não necessita de treino adicional. Nos contextos em que o acesso à especialidade foi dificultado, restringiram-se as admissões a empregos; criando-se a situação absurda de haver psicólogos disponíveis para vagas que não podiam ser preenchidas por não haver pessoas com as qualificações exigidas. A experiência do passado é clara no sentido de se poder afirmar que a entrada na especialidade deve ser fácil e acessível a todos os que estejam interessados e disponíveis para realizar a formação e experiência profissional implicada.

Por outro lado, a entrada na especialidade não deve constituir o fim da contínua especialização. A especialidade deve reconhecer, no seu seio, a progressiva actualização dos psicólogos, seja no seu domínio, seja através dos domínios avançados de especialização. Ao admitir cinzentos entre o preto e o branco, as especialidades ganham na sua lógica de promover formação contínua e recompensar os psicólogos que invistam no seu desenvolvimento profissional.

Finalmente uma visão móvel de especialidade permite que psicólogos de uma determinada área possam mudar de área mediante formação adicional. Um psicólogo que trabalhe num hospital e pretenda trabalhar numa empresa, tem assim ao seu dispor um conjunto de formações que lhe permitem adquirir uma nova especialidade e posteriormente desenvolver-se nela.



EM BUSCA DE EQUILÍBRIOS

A melhor maneira de desunir os psicólogos é identificar novas categorias onde se insiram e formas de discriminar os outros que não estão na sua categoria. As especialidades devem ser delineadas de forma a evitar constituírem-se como estas barreiras. Tal implica a busca de equilíbrios entre os dilemas enunciados até aqui: psicologia unificada vs. especialidades; visão única vs. visão diversa de especialidade; restrição vs. inclusão; especialidade estática vs. especialidade progressiva. A inclusão de gradações nas especialidades e especialidades avançadas pode permitir evitar a divisão dos profissionais; de forma a permitir que estas sejam instrumentos úteis e não inibidores para os psicólogos.

*Um cidadão que procure
um psicólogo pode
usar as especialidades
como informação para
encontrar um técnico que
vá ao encontro das suas
necessidades.*

Consequentemente defendemos alguns princípios para as especialidades:

› Propomos especialidades amplas, que permitam transição profissional; mas reconhecemos os domínios avançados de especialidade, enquanto áreas que incluem formação ainda mais especializada.

› Concebemos a especialidade como um processo de reconhecimento de experiências profissionais, formação e outros elementos que se considerem relevantes em cada especialidade.

› Propomos especialidades que se estruturam em torno da aquisição de um número de competências nucleares e um número amplo de competências complementares e que cuja escolha específica é optativa. Com isto procuramos aumentar a flexibilidade das especialidades no sentido de as adequar às necessidades dos psicólogos.

› Consideramos que a especialidade deve ser acessível a todos os psicólogos que estejam interessados em desenvolver a sua carreira e que não seja incompatível com a actividade profissional.

› Defendemos uma visão das especialidades que se adequa à realidade profissional em mutação dos psicólogos Portugueses.

› Defendemos que as especialidades devem promover a formação contínua através da criação de gradientes de forma a reconhecer que progride no seu desenvolvimento profissional.

Com estes princípios, as especialidades podem promover percursos diferentes entre os psicólogos. Um psicólogo que exerça a sua actividade primária fora da psicologia pode permanecer não especialista sem ver reduzida a sua actividade profissional. Um psicólogo que pretenda exercer em dois contextos díspares pode procurar especializar-se em dois domínios diferentes. Um psicólogo que pretenda focalizar-se numa área pode assim procurar actualizar-se no seio da especialidade. Esta especialização pode ou não passar pela aquisição de uma ou mais especialidades avançadas dessa mesma especialidade geral e sempre numa lógica de harmonização com a actividade profissional.

Este artigo resulta do esforço da OPP no sentido de promover debate entre os psicólogos. Resulta dos inúmeros *focus groups* realizados onde estas diferentes perspectivas foram consideradas e onde as preocupações dos psicólogos foram discutidas. O processo de criação das especialidades é um processo complexo que irá continuar a contar com as contribuições que os psicólogos têm para dar. Resulta do conhecimento e reflexão sobre experiências de sucesso e de insucesso de outros países onde as especialidades foram e não foram criadas a nível pós-graduado. Este artigo pretende ser mais um passo neste processo de debate de ideias. Para que especialidade se torne no que deverá ser, uma forma de promover o desenvolvimento profissional dos psicólogos portugueses. ■

Contributos da Ordem dos Psicólogos integrados na nova Lei de Bases dos Cuidados Paliativos

No passado dia 24 de Julho foi votada e aprovada na Assembleia da República a nova Lei de Bases dos Cuidados Paliativos, que legitima o campo de intervenção dos Psicólogos nesta área de prestação de cuidados.

A Ordem dos Psicólogos Portugueses congratula-se com a aprovação em 24 Julho de 2012, pela Assembleia de República, da nova Lei de Bases dos Cuidados Paliativos que consagra o direito e regula o acesso dos cidadãos aos cuidados paliativos, definindo a responsabilidade do Estado nesta matéria e estabelecendo a Rede Nacional de Cuidados Paliativos.

Segundo a nova Lei dos Cuidados Paliativos, estes cuidados são “activos, coordenados e globais, prestados por unidades e equipas específicas, em internamento ou no domicílio, a doentes em situação de sofrimento decorrente de doença incurável ou grave, em fase avançada e progressiva, assim como às suas famílias, com o principal objectivo de promover o seu bem-estar e a sua qualidade de vida, através da prevenção e alívio do sofrimento físico, psicológico, social e espiritual, com base na identificação

Facilitar o apoio psicológico aos cuidadores profissionais, numa lógica de prevenção do esgotamento e de redução dos riscos psicossociais; facilitar o processo de luto nos doentes e familiares.

precoce e do tratamento rigoroso da dor e outros problemas físicos, mas também psicossociais e espirituais”. Os Cuidados Paliativos centram-se na prevenção e alívio do sofrimento físico, psicológico, social e espiritual, na melhoria do bem-estar e no apoio aos doentes e às suas famílias, quando associado a doença grave ou incurável, em fase avançada e progressiva. Devem respeitar a autonomia, a vontade, a individualidade, a dignidade da pessoa e a inviolabilidade da vida humana”.

A Ordem dos Psicólogos participou no processo de audição prévio à elaboração desta Lei, tendo também enviado um contributo escrito. Todas as recomendações efectuadas pela Ordem dos Psicólogos foram integradas na referida Lei sendo consignadas no artigo que define as responsabilidades do Estado (Base VIII). As recomendações elaboradas pela OPP e integradas na nova Lei afirmam a relevância da intervenção psicológica e o papel dos Psicólogos nos Cuidados Paliativos: facilitar o apoio psicológico aos cuidadores profissionais, numa lógica de prevenção do esgotamento e de redução dos riscos psicossociais; facilitar o processo de luto nos doentes e familiares.

A OPP advertiu ainda que deveria ser responsabilidade das Ordens Profissionais a certificação de formações profissionais especializadas em Cuidados Paliativos, assim como a definição de critérios mínimos para uma formação adequada nesta área. Esta recomendação foi também integrada na nova Lei (Base XXVII - Recursos humanos), reforçando o papel das Ordens na defesa e qualidade das profissões.

A participação activa com contributos para a Lei trata-se de um primeiro passo, fundamental para que as pretensões dos intervenientes possam ser acolhidas. Falta depois fazer o acompanhamento da regulamentação da Lei, que concretiza e dá corpo às intenções da mesma. Nesse âmbito a Ordem foi agora convidada, pelo Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, para integrar o “Grupo de Trabalho responsável pela elaboração da regulamentação da Lei de Bases dos Cuidados Paliativos”. Este Grupo de Trabalho, tutelado pelo referido Gabinete do Ministério da Saúde, irá regulamentar a implementação da Lei e da nova Rede Nacional de Cuidados Paliativos.

A aprovação desta Lei reflecte uma prática fundamental nas relações entre os órgãos de soberania, neste caso a Assembleia da República, e os diversos intervenientes nos processos que são legislados. Refira-se que se tratou de um processo participado, com audições diversas, entre as quais a da OPP, que permitiram realizar um trabalho que integrou na letra e no espírito da Lei os diversos contributos das profissões envolvidas em cuidados paliativos. Coube ao legislador harmonizar os contributos, ponderando a forma mais equilibrada e adequada de verter para a Lei os aspectos centrais e relevantes da prestação deste tipo de cuidados.

A OPP destaca a disponibilidade demonstrada pela Assembleia da República para ser ouvida neste processo, e o acolhimento das suas ideias. Continuaremos a intervir no sentido de apresentar os contributos da Ordem em todas as áreas de relevância para os psicólogos, acompanhando as diversas fases deste processo.

Queremos agradecer os contributos dos psicólogos que nos ajudaram neste processo, e que possibilitaram que a Ordem desenvolvesse propostas concretas para apresentação à Assembleia da República.

Num outro plano, mas relacionado com o mesmo tema, a Ordem assinou durante o VI Congresso de Cuidados Paliativos, que decorreu no Porto de 11 a 13 de Outubro, um protocolo de colaboração com a Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos com o objectivo de desenvolver colaboração nas áreas da formação, partilha de informação, investigação, políticas de saúde relacionadas com os cuidados paliativos e criação de eventos de interesse comum.

Este é um exemplo claro da diferença que faz a existência da Ordem para a vida dos profissionais. Agora existe uma Organização que está atenta, que participa, que dá voz à necessária presença dos psicólogos nos diversos quadrantes de intervenção. Agora expressamos a nossa opinião e fazemo-nos ouvidos através da Ordem, para que aquilo que os psicólogos têm para dizer e fazer não fique ignorado. Este é o caminho. ▀

NÃO HÁ RECUPERAÇÃO ECONÓMICA SEM CUIDAR DA SAÚDE MENTAL DOS CIDADÃOS

PARTICIPAÇÃO NOS PLANOS DE SAÚDE

A Ordem dos Psicólogos Portugueses tem alertado publicamente para a relevância de cuidar da saúde mental dos cidadãos, através de intervenções atempadas e efectivas. No passado dia 10 de Outubro, dia da Saúde Mental, a OPP apresentou uma declaração sobre a saúde mental e contributo que os psicólogos podem fornecer para a melhoria da saúde da população.

Na actual conjuntura de crise económica, a contenção dos gastos e o estabelecimento de prioridades com base em critérios de custo-efectividade e baseadas na evidência ganham especial relevância.

A Intervenção Psicológica permite uma redução dos gastos directos e indirectos com a saúde e com a doença e, neste sentido, contribui para a melhoria da eficiência dos serviços de saúde. Por outro lado, permite uma melhoria substancial na saúde e na qualidade de vida dos cidadãos que se reflectirá num aumento da produtividade e na redução do absentismo laboral (Hunsley, 2002; Layard, et al., 2007).

É conhecido o impacto da crise económica na saúde dos cidadãos. Em Portugal este impacto reflecte-se num aumento do número de suicídios e de consumo de anti-depressivos e ansiolíticos, que se tem vindo a acentuar nos últimos anos.

Existe evidência sobre a efectividade da intervenção psicológica na melhoria do estado de saúde do cidadão e na redução dos custos directos (redução do número de consultas, do número de dias de internamentos e do consumo de fármacos) e indirectos com a doença (redução do absentismo, redução dos encargos do Estado com os benefícios fiscais para o

doente e menor produtividade) (Hunsley, 2002a; Hunsely, 2002b; Layard et al., 2007).

A Ordem dos Psicólogos Portugueses publicou, em 2011, um relatório que reúne um conjunto de estudos que demonstram o contributo da Psicologia para a redução dos custos e melhoria da eficiência dos serviços de saúde.



A Intervenção Psicológica permite uma redução dos gastos directos e indirectos com a saúde e com a doença.

Para além das iniciativas individuais específicas, como a declaração produzida no dia da Saúde Mental, a Ordem integra o Conselho Nacional de Saúde Mental e também a subcomissão de Saúde Mental para os Cuidados de Saúde Primários. Neste âmbito tem fornecido importantes contributos para a saúde mental da população e alertado para a relevância da intervenção psicológica e para o papel específico dos psicólogos nesta área.

A Ordem apresentou ainda, aquando da discussão pública, contributos escritos para os Programas de Saúde Prioritários: Programa Nacional para a Diabetes, Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA, Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo, Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável, Programa Nacional para a Saúde Mental, Programa Nacional para as Doenças Oncológicas, Programa Nacional para as Doenças Respiratórias, Programa Nacional para as Doenças Cérebro-cardiovasculares.

Tem de haver uma afirmação inequívoca de compromisso das autoridades e demais agentes de saúde com a promoção da saúde dos Portugueses. A Ordem dos Psicólogos está disponível para contribuir activamente para o desenvolvimento de soluções inovadoras que permitam uma rápida recuperação da crise. ■

A intervenção psicológica apresenta um custo-efectividade que possibilita não só pagar a própria intervenção como obter ganhos em saúde. Isto acontece porque a intervenção psicológica tem custos reduzidos e taxas de recuperação elevadas comparativamente aos custos elevados da incapacidade.

A evidência demonstra que a intervenção psicológica permite uma poupança de cerca de 20 a 30% nos custos directos da saúde, através da redução da utilização dos cuidados de saúde. A consulta psicológica chega mesmo a permitir

uma diminuição das consultas de medicina familiar por utente. Em utentes com patologia crónica como a diabetes, a hipertensão arterial, cancro ou asma verifica-se que intervenção psicológica dirigida à depressão e ansiedade permite reduzir os custos totais com a doença em cerca de 20% (Hespanhol, Veiga & Ricou, in press; Chiles, Lambert & Hatch, 1999; Hunsley, 2002a; Hunsely, 2002b).

Um estudo sobre a psicoterapia nos cuidados de saúde permitiu verificar que 60,4% dos participantes referiu ter procurado, nos últimos 3 anos, algum

tipo de apoio psicológico. No período de tempo a que se referiu o estudo (últimos três anos), 28% da amostra total recorreu a profissionais de ajuda. Os resultados deste estudo permitem verificar que a maioria dos consumidores afirma ter melhorado e estar satisfeita com a intervenção psicológica desenvolvida, quando esta pressupõe terapia verbal. A intervenção apenas baseada em psicofármacos está associada a piores índices de melhoria e de satisfação. A melhoria do estado emocional geral é encontrada em 80% dos casos seguidos por psicólogos (Vasco, Santos & Silva, 2010).

Recentemente a Directora-geral da Comissão Europeia para a Saúde e Consumidores, Paola Testori-Coggi, afirmou a relevância da Psicologia para a melhoria da saúde e bem-estar dos cidadãos e para a implementação de estratégias europeias de saúde como a “Health for all”.

Análises desenvolvidas pela OPP têm demonstrado que existem Profissionais capacitados e prontos para contribuir para a melhoria da saúde mental da população e para a recuperação económica do país. No entanto esta tem sido uma oportunidade perdida, pois não tem sido feita uma aposta política na implementação da consulta de psicologia a nível nacional.

A distribuição de psicólogos nos serviços de saúde é assimétrica e desfasada das necessidades de procura, por exemplo o Alentejo é a região do país com o maior número de suicídio e com um maior envelhecimento da população, sendo também das que apresenta menor número

de psicólogos integrados no Serviço Nacional de Saúde. Desta forma desperdiçam-se recursos e não se melhora a saúde da população.

A escassez de psicólogos nos serviços de saúde condiciona a capacidade de intervenção, reduz a obtenção de ganhos em saúde e limita a melhoria da saúde da população. A Ordem dos Psicólogos tem diligenciado junto do Ministério da Saúde para a necessidade de reforçar o número de psicólogos nos serviços de saúde de modo a permitir uma adequada resposta às necessidades.

A ausência de um investimento forte na criação de uma boa cobertura nacional de consulta psicológica nos cuidados de saúde, nomeadamente nos cuidados de saúde primários, teria um impacto imediato na saúde dos cidadãos e na poupança para o Serviço Nacional de Saúde.

Referências Bibliográficas

Chiles, JA., Lambert, M., & Hatch, A. (1999). *The Impact of Psychological Interventions on Medical Cost Offset: A Metaanalytic Review. Clinical Psychology: Science and Practice*, 6, 204-220. | Hunsley, J (2002a). *Cost-effectiveness of Psychological Treatment*. British Columbia Psychological Association. | Hunsley, J. (2002b). *The Cost-effectiveness of psychological interventions*. Canadian Psychological Association: Ontario. | Hunsley, J. (2003). *Cost-Effectiveness and Medical Cost Offset Considerations in Psychological Service Provision*. Canadian Psychology, 44:1, 61-73. | Layard, R., Clark, D., Knapp, M., & Mayraz, G. (2007). *Cost-Benefit Analysis of Psychological Therapy Centre for Economic Performance*. London School of Economics and Political Science. | Ordem dos Psicólogos Portugueses (2011). *Evidência Científica sobre Custo-Efectividade de Intervenções Psicológicas em Cuidados de Saúde*. Ordem dos Psicólogos Portugueses: Lisboa. Disponível Online. | Hespanhol, AP, Veiga, A. & Ricou., M (in press). *Consulta de Psicologia Clínica no Centro de Saúde São João: Assegurar Qualidade na perspectiva de Gestão*. Revista Portuguesa de Psicossomática. | Vasco, A. B., Santos, O. & Silva, F. (2010). *Psicoterapia Sim!: Eficácia, Efectividade e Psicoterapeutas (em Portugal)*. Conferência realizada na Livraria Barata, no âmbito dos “Encontros com a Psicologia”, organizados pela Associação Portuguesa de Psicologia.

CURSO DE FORMAÇÃO

Balanço final do curso para quem obteve reconhecimento de experiências profissionais

VÍTOR COELHO

No total, desde que foi lançado em Dezembro de 2010, o Curso de Formação Associado aos Estágios Profissionais permitiu que 2317 formandos tenham o seu processo de entrada como membro efectivo na Ordem finalizado.

O Curso de Formação Associado aos Estágios Profissionais foi lançado em Dezembro de 2010, fazendo parte do sistema de reconhecimento de experiências profissionais que consta do Regulamento de Estágios da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP). O sistema de reconhecimento de experiências profissionais permitiu que fosse reconhecido o conhecimento e prática de quem possuísse experiência profissional anterior à data da publicação do regulamento de estágios da Ordem dos Psicólogos Portugueses. Este sistema visava dar resposta a dois problemas: 1) Quem tinha terminado um adequado curso de formação universitária e entrado no mercado de trabalho após a publicação da Lei 57/2008 (entrada em vigor no dia 4 de Outubro de 2008), necessitando da realização de estágio profissional, que só foi regulado a 20 de Outubro de 2010; 2) Quem não apresentava 18 meses de experiência profissional à data de nomeação da Comissão Instaladora – formulação do artigo 84º que a Direcção tentou alterar desde a sua eleição (Abril de 2010), mas que apenas conheceu alteração a Julho de 2012.

A demora de dois anos até à publicação do regulamento de estágios profissionais deve-se ao facto de a Comissão Instaladora ter um mandato de 1 ano para instalar a Ordem dos Psicólogos sem possibilidade de aprovar regulamentos e dois atrasos por parte do Ministério da Saúde: 8 meses na nomeação da Comissão Instaladora e 4 meses para a publicação do Regulamento de Estágios após a sua aprovação pelo Órgão competente da Ordem dos Psicólogos Portugueses, nomeadamente a Assembleia de Representantes.

Para atingir este fim foram organizadas 154 edições que decorreram em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Guimarães, Bragança, Covilhã, Leiria, Caldas da Rainha, Aveiro, Santa Maria da Feira, Viseu, Albufeira, Loulé, Faro, Beja, Évora, Almada, Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. A distribuição destas edições pelo país pode ser consultada no Gráfico 1. Cada edição tinha a duração de 40 horas e continha os módulos de Situação Profissional dos Psicólogos, Ética e Deontologia, Empreendedorismo e Gestão de Projectos.

GRÁFICO 1 /
Nº DE CURSOS
POR REGIÃO

MADEIRA
AÇORES
SUL
CENTRO
NORTE

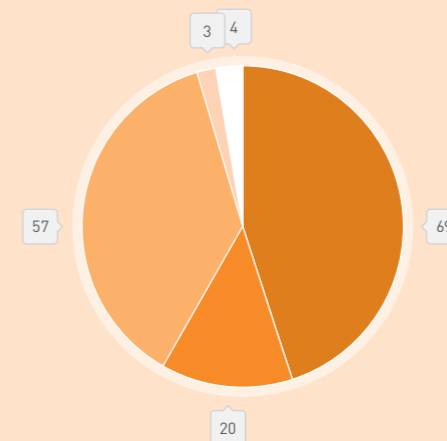


GRÁFICO 1 – Distribuição dos cursos por região

GRÁFICO 2 /
AVALIAÇÃO DO CURSO
POR REGIÃO

MADEIRA
AÇORES
SUL
CENTRO
NORTE

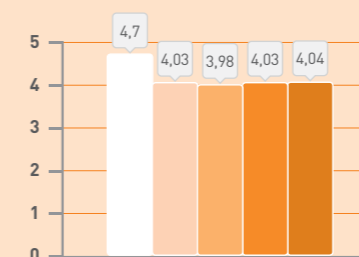


GRÁFICO 2 – Avaliação dos cursos por região

GRÁFICO 3 /
AVALIAÇÃO
DAS CONDIÇÕES
DO CURSO

DURAÇÃO
HORÁRIO
ESPAÇO
CRITÉRIOS
DE AVALIAÇÃO

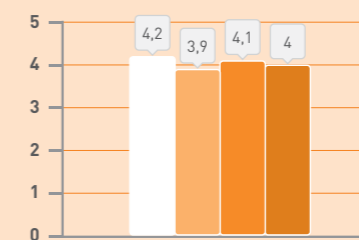


GRÁFICO 3 – Avaliação das condições de funcionamento do curso

Mais de 2456 membros da OPP obtiveram o reconhecimento do tempo máximo (12 meses).

Nestas 154 edições, 2317 formandos obtiveram aprovação no curso, concluindo assim o processo de passagem a membro efectivo da OPP. Só no 1º ano de funcionamento, o curso de formação associado aos estágios profissionais para membros em situação de reconhecimento profissional permitiu a admissão de mais de mil novos membros efectivos. De facto, a taxa de reprovação foi bastante reduzida, cifrando-se no 1,6% e devendo-se, na maioria dos casos, à ultrapassagem do limite de faltas.

O *feedback* dos formandos que frequentaram o curso foi bastante positivo. A classificação média atribuída pelos formandos é de bom (4,0), classificação essa bastante uniforme em todas as regiões, com a excepção da Madeira que apresenta um valor bastante superior (4,7).

Pedimos igualmente aos formandos para avaliarem as condições em que decorreram os cursos, nomeadamente a duração, os horários, os espaços em que decorriam as formações e os critérios de avaliação da mesma. A avaliação realizada pelos formandos (2338) indica que todos estes critérios se encontravam num bom nível (cerca de 4 em média).

2317 membros da OPP passaram a efectivos ao completar o curso de formação associado aos estágios profissionais.

Também foi pedido a cada formando para avaliar cada módulo separadamente, tanto relativamente ao funcionamento do módulo, como a utilidade para o futuro profissional. No geral, como podemos constatar no Quadro 1, as avaliações situam-se num nível bastante alto, superior a Bom [4].

A segunda área que pedimos aos formandos para avaliarem foi a importância percebida de cada módulo para o seu futuro profissional. As classificações foram extremamente positivas variando entre 7,2 para o módulo de Situação Profissional dos Psicólogos e 9 para Ética e Deontologia, como pode ser analisado no Gráfico 4.

Os cursos de formação para membros em situação de reconhecimento de experiências profissionais foram disponibilizados até ao final de Agosto de 2012, enquanto para os membros que pediram esse reconhecimento durante a vigência do sistema o prazo terminou no final de Dezembro de 2011. No rescaldo que podemos fazer do sistema de reconhecimento verificamos que mais de 2456 membros da OPP obtiveram o reconhecimento do tempo máximo (12 meses) e desses 2317 passaram a

efectivos com o completar do curso de formação associado aos estágios profissionais. Durante 2 anos, a Ordem dos Psicólogos Portugueses continuou a pugnar pela alteração do artigo 84º da Lei 57/2008 que foi realizada em Julho deste ano, permitindo assim que cerca de 280 membros estagiários passassem a membros efectivos. Desta forma, o sistema de reconhecimento de experiências profissionais permitiu a resolução de 8 vezes mais situações do que a alteração da Lei.

Actualmente (a partir de Setembro de 2012) passaram a ser disponibilizados os cursos destinados aos membros estagiários que estejam a realizar o respectivo estágio profissional da OPP. Estes cursos (que se distinguem na sua duração, conteúdos e sistema de avaliação) são oferecidos com a designação EST. ▀

QUADRO 1 / AVALIAÇÃO POR MÓDULO

		SPP	ED	EMP	GP
1	Relevância dos conteúdos abordados	4,5	4,7	4,4	4,4
2	Tempo disponível para o módulo	4,2	4,2	4,1	3,3
3	Adequação da dificuldade das actividades	4,1	4,4	4,2	3,9
4	Material disponibilizado	4,3	4,4	4,2	4,1
5	Cumprimento dos objectivos estabelecidos	4,5	4,6	4,5	4,4
6	Adequação das técnicas empregues	4,5	4,6	4,6	4,3
7	Clareza dos formadores	4,7	4,7	4,6	4,4
8	Estabelecimento de relação pelos formadores	4,7	4,8	4,6	4,6

QUADRO 1 – Avaliação da formação por módulo

GRÁFICO 4 / IMPORTÂNCIA PARA O FUTURO PROFISSIONAL



GRÁFICO 4 – Avaliação da importância percebida de cada módulo

Pós-Graduação Em Coaching Psicológico

Uma nova área de intervenção para Psicólogos
2ª edição

Ao mobilizar teorias, conceitos e ferramentas psicológicas, o Coaching é, pela sua natureza, uma área da Psicologia e um campo de trabalho promissor no desenvolvimento de pessoas e equipas em contextos organizacionais diversificados (empresas, educação, saúde, etc...).

Esta Pós-Graduação, direccionada exclusivamente para Psicólogos com pelo menos 3 anos de experiência, é a 2ª na Europa e a 3ª no mundo com estes requisitos de acesso. Com uma dimensão marcadamente profissionalizante, terá a duração de dois semestres, com início em Fevereiro de 2013. As aulas decorrerão quinzenalmente em horário pós-laboral: sextas-feiras das 18h às 22h e sábados das 9h às 18h.

Os estudantes que concluírem o plano de estudos, obterão o Certificado de Estudos Pós-Graduados em Coaching Psicológico, emitido pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.

Informações e inscrições: www.coachingpsicologico.fp.ul.pt



O pagamento desta pós-graduação, pode ser financiado pelo Montepio através de um crédito à formação, com *spread* de 4% + Euribor a 3 meses, num prazo até 60 meses, para os membros da Ordem dos Psicólogos Portugueses.



FIAP

FEDERAÇÃO IBERO-AMERICANA DE ASSOCIAÇÕES DE PSICOLOGIA

FRANCISCO RODRIGUES

Realizou-se no passado mês de Outubro em São Paulo, Brasil, o VIII Congresso da Federação Ibero-Americana de Associações de Psicologia (FIAP) que ficou marcado com a nomeação de Telmo Mourinho Baptista para presidente desta organização. Integram ainda a Junta Executiva da FIAP dois membros da Direcção da Ordem, Francisco Rodrigues – vice-presidente para a Disseminação e Samuel Antunes – Vice-presidente para a Certificação Profissional.

Em relação ao evento, começou com a apresentação portuguesa do futuro Congresso, numa associação do papel dos portugueses nos descobrimentos ao seu papel para dar novos mundos à Psicologia, tendo sido apresentado o filme oficial de promoção

do futuro Congresso, perante os 2000 participantes na sessão de abertura. Este evento vai realizar-se em simultâneo com o 2º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses, entre 10 e 13 de Setembro de 2014.

O Congresso ficou igualmente marcado pelo lançamento de um projecto de certificação de psicólogos para o espaço ibero-americano e pela formalização da Rede Ibero-Americana de Emergência Psicológica. No âmbito desta rede espera-se desenvolver a cooperação nas áreas da investigação e da formação de profissionais. No que diz respeito ao projecto de certificação, os portugueses ficaram responsáveis pela coordenação dos grupos de trabalho para a certificação no âmbito da Psicologia Social (Teresa

Carvalho) e para a Psicologia das Organizações (Francisco Rodrigues). Toda a plataforma de apoio a estes e aos restantes grupos de trabalho será coordenada por Portugal.

Entretanto, no seu discurso de tomada de posse, Telmo Mourinho Baptista referiu ser necessário trabalhar para um espaço de maior mobilidade de profissionais no contexto Ibero-americano, tornar a FIAP um interlocutor privilegiado junto da ONU e da OMS e dar visibilidade e promover a imagem da FIAP por todo o espaço Ibero-americano, nomeadamente através da utilização das redes sociais.

Por último, de sublinhar que a FIAP representa a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, Guatemala, México, Peru e Portugal, reunindo, desta forma, mais de 700.000 Psicólogos, constituindo-se assim como uma das principais organizações de Psicologia a nível mundial. ■

Privacidade de materiais de avaliação e os deveres de “administração aberta”

DUARTE LEBRE DE FREITAS / Advogado, Assessor Jurídico da OPP

Segundo o Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses (aprovado em anexo ao Regulamento n.º 258/2001 de 20 de Abril de 2011), a avaliação psicológica concretiza-se através do recurso a protocolos válidos e deve responder a necessidades objectivas de informação, salvaguardando o respeito pela privacidade da pessoa (princípio específico 4).

De acordo com o mesmo Código, “os materiais e protocolos de avaliação, incluindo manuais, itens e sistemas de cotação e interpretação, não são disponibilizados aos clientes ou a outros profissionais não qualificados”, devendo os Psicólogos assegurar “a protecção e segurança dos materiais de avaliação, prevenindo a sua divulgação para o domínio público”.

Deste modo, os membros da Ordem dos Psicólogos Portugueses têm o dever específico de salvaguardar os materiais utilizados, pugnando pela sua segurança. Não se trata, naturalmente, de qualquer forma de fuga à avaliação do seu trabalho por parte de clientes ou terceiros – cujo *feedback* é sempre importante para uma melhoria contínua da prestação de serviços – mas sim de evitar que informação sensível possa ser mal interpretada por quem não tem formação em Psicologia e pode facilmente retirar conclusões erradas da análise desses materiais.

No entanto, para os milhares de Psicólogos que exercem a profissão no sector público – seja em hospitais e centros de saúde, escolas, institutos públicos, municípios, etc. – a protecção dos ditos materiais pode conflitar com normas relativas ao funcionamento da administração pública.

Com efeito, a Constituição determina que os cidadãos têm o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos.

Esta matéria está regulada na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto – LADA), que estabelece que o acesso aos documentos administrativos é assegurado de acordo com os princípios da publicidade, da transparência, da igualdade, da justiça e da imparcialidade.

Ora, antes de mais, é necessário esclarecer o que se entende por “documentos administrativos”. No artigo 3.º da LADA dispõe-se que o são quaisquer suportes de informação sob forma escrita, visual, sonora, electrónica ou outra forma material, na posse dos seguintes órgãos e entidades: órgãos do Estado e das Regiões Autónomas; órgãos dos institutos públicos e das associações e fundações

públicas; órgãos das empresas públicas; órgãos das autarquias locais e das suas associações e federações; órgãos das empresas regionais, intermunicipais e municipais; ou outras entidades no exercício de funções administrativas ou de poderes públicos.

Resumindo, qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, electrónica que esteja na posse destes órgãos está coberto pelo dever de administração aberta, leia-se, está ao dispor de qualquer cidadão que queira consultá-lo.

A lei prevê, no entanto, algumas excepções a este princípio. Antes de mais, só tem direito de acesso a documentos nominativos (isto é, documentos que contenham, acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciações ou juízos de valor, ou informações abran-

gidas pela reserva da intimidade da vida privada) quem estiver munido de autorização escrita da pessoa a quem os dados digam respeito ou demonstrar interesse directo, pessoal e legítimo relevante segundo o princípio da proporcionalidade. Transpondo para o caso da Psicologia, os relatórios de avaliação psicológica não podem ser acedidos excepto pela pessoa alvo da avaliação ou por quem esta autorizar.

Contudo, e como acima se referiu, há muita informação com que os Psicólogos trabalham que não é nominativa e que, consequentemente, pode cair no âmbito da chamada “administração aberta”. Designadamente os citados materiais de avaliação como manuais, itens e sistemas de cotação e comunicação.

Os membros da Ordem dos Psicólogos Portugueses têm o dever específico de salvaguardar os materiais utilizados.

Nestes casos pode verificar-se um conflito de deveres: o dever constitucional de conceder a qualquer cidadão o acesso a documentos administrativos versus o dever deontológico de manter indisponíveis os materiais de avaliação psicológica. Diga-se, em abono da verdade, que o dever prevalecente é indubitavelmente o primeiro, na medida em que é um direito reconhecido pela Constituição.

Todavia, em nossa opinião, pode haver situações em que não tem de haver o sacrifício de um dever perante o outro. Na verdade, está nas mãos do Psicólogo gerir a informação e os materiais relativos ao exercício da sua função na entidade pública.

É que se todos os documentos que puderem ou deverem ser disponibilizados aos clientes ou a terceiros (nomeadamente, relatórios de avaliação psicológica ou provas de avaliação de concursos) devem estar na posse da entidade pública onde o Psicólogo desempenha a sua função, já não nos parece que os materiais de avaliação sejam propriedade dessas mesmas entidades.

Na verdade, e conforme resulta do Código Deontológico, trata-se de documentação sensível cuja existência não resulta do exercício de funções no sector público, mas sim da formação e da experiência do Psicólogo. Dito de outro modo, são materiais que estão na posse dos Psicólogos e não das entidades onde estes prestam a sua actividade.

Devemos, de qualquer modo, alertar para a subtilidade desta distinção: como se referiu, a lei não faz distinção pelo que qualquer documento na posse da administração é um documento administrativo, logo acessível, consultável e reproduzível.

Cabe pois a cada Psicólogo avaliar quais os documentos que resultam do exercício das funções e que devem ser disponibilizados e objecto de tratamento, daqueles que são eminentemente técnicos e geridos por si enquanto profissional de Psicologia e que não têm nem devem estar nos arquivos das entidades públicas. ■

*Os relatórios de
avaliação psicológica
não podem ser acedidos
excepto pela pessoa alvo
da avaliação ou por
quem esta autorizar.*

CANDIDATURAS
ABERTAS
2012/13

candidaturas@ispa.pt
Linha Azul 808 101 717

Pós-Graduações

- > Análise Estatística com o SPSS *Statistics*
- > Avaliação, Motivação e Desenvolvimento de Talentos
- > Comportamento e Bem-Estar Animal
- > Cuidados Continuados e Paliativos
- > Desenvolvimento de Competências Relacionais
- > Economia Comportamental
- > Educação Especial - Intervenção Precoce na Infância
- > Ictiologia Fluvial
- > Inquéritos e Sondagens de Opiniões, Atitudes e Comportamento
- > Inserção Social e Profissional em Contextos de Crise
- > Intervenção na Crise, Catástrofe e Emergência
- > Psicogerontologia
- > Psicologia da Adolescência: Saúde, Família e Sociedade
- > Psicologia do Desporto e da Actividade Física
- > Psicologia da Gravidez e da Parentalidade
- > Psicologia para não Psicólogos - Aplicações em Contexto de Trabalho
- > Técnicas de Estudo, Monitorização e Conservação de Aves Selvagens
- > Terapias pelas Artes Expressivas e Desenvolvimento Humano
- > Treino de Liderança e Desenvolvimento de Equipas

Doutoramentos / 3º Ciclo (3 anos)

- > Ciências da Educação
- > Psicologia

A CONSCIÊNCIA
DO PASSADO,
AJUDA-NOS
A PROJETAR
O FUTURO.

Mestrado Integrado

Licenciaturas

Mestrados

Pós-Graduações

Doutoramentos

Formação Permanente Avançada



Segue-nos em
www.facebook.com/ISPA.IU

www.ispa.pt



ISPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO

50
ANOS

MEMBROS OPP

BENEFÍCIOS

A Ordem dos Psicólogos (OPP) empenha-se na busca de benefícios para os seus associados, de forma a garantir melhores condições para os psicólogos e seus familiares. Apesar de já ter celebrado diversos protocolos com bancos, associações, hotéis, entre outros, a OPP irá continuar a procurar oportunidades nos diversos sectores da sociedade.



PROTOCOLO OPP / ACP

Foi celebrado um protocolo entre a Ordem dos Psicólogos Portugueses e o Automóvel Clube de Portugal (ACP). O ACP oferece a jóia de inscrição, no valor de 36 euros e faz um desconto de 10% na primeira anuidade. É necessária a apresentação do cartão de membro para beneficiar das vantagens.



PROTOCOLO OPP / PT

Foi estabelecido um Protocolo entre a Ordem dos Psicólogos Portugueses e a PT. As vantagens exclusivas, entre os aderentes, incluem o Tarifário 0, de custo 0€ (fale sem limites) entre membros aderentes, por 5€/mês e ainda o Tarifário 75 que inclui 75 minutos de voz e SMS, para todas as redes nacionais, por 7.50€/mês.



PROTOCOLO OPP / Hotéis Altis

A Ordem dos Psicólogos Portugueses estabeleceu protocolo com os Hotéis Altis. Desconto de 10% sobre a melhor tarifa do dia (BAR) disponível no site www.altishotels.com, desde que as reservas sejam enviadas para os endereços de email correspondentes a cada um dos Hotéis e mediante a apresentação do cartão de Membro da Ordem.



PROTOCOLO OPP /
Continental Hotels

Foi celebrado um protocolo entre a Ordem dos Psicólogos Portugueses e o Grupo Continental Hotels. No site de cada hotel poderão ser encontradas tarifas promocionais ao longo do ano. Para ter acesso à tarifa promocional bastará entrar em contacto com o Hotel em questão e informar que deseja beneficiar do preço apresentado no site do Hotel.



PROTOCOLO OPP /
Longevity Wellness Resort Monchique

A Ordem dos Psicólogos Portugueses estabeleceu protocolo com o Longevity Wellness Resort Monchique. 20% de desconto sobre a melhor tarifa disponível de alojamento durante todo o ano e sobre campanhas especiais; 15% de desconto sobre o preço de tabela dos programas de Saúde & Bem-Estar; 15% de desconto nos serviços "à la carte" do Longevity Cuisine by Olivier; 15% de desconto nos serviços "à la carte" do Longevity Medical SPA; Late Check-out (sujeito a disponibilidade).



PROTOCOLO OPP /
B&B Hotel Porto Centro

Foi estabelecido um acordo entre a Ordem dos Psicólogos Portugueses e o B&B Hotel Porto Centro, que garante condições especiais para os seus membros. preço apresentado no site do Hotel.

PSIS21



PROTOCOLO OPP /
CP

Foi celebrado um protocolo entre a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) e a CP - Comboios de Portugal, E.P.E. Descontos nos comboios Alfa Pendular e Intercidades. A aquisição dos bilhetes com desconto pode fazer-se pelos diversos canais (bilheteiras, internet, máquinas de venda, etc.).



PROTOCOLO OPP /
Hotéis Belver

Foi celebrado um protocolo entre a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) e o Grupo Hotéis Belver. Desconto de 20% sobre a tarifa BAR (Best Available Rate). Desconto de 15% sobre o preço de balcão nos programas Saúde e Lazer e no aluguer de salas de reuniões.



PROTOCOLO OPP /
Praia D'El Rei Marriott

Foi celebrado um protocolo entre a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) e o Praia D'El Rei Marriott. Desconto de 20% sobre o melhor preço informado pelas reservas do hotel, no momento da reserva e não acumulável com outras ofertas ou promoções em vigor.



PROTOCOLO OPP /
CGD

Foi celebrado um Protocolo entre a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) e a Caixa Geral de Depósitos (CGD). Este protocolo insere-se num conjunto de Benefícios, previamente anunciado pela Ordem, abrangente a todos os Membros da Ordem.



PROTOCOLO OPP /
Cambridge School

A Ordem dos Psicólogos assinou um Protocolo com o Cambridge School. Através deste acordo, os sócios da OPP e os seus familiares directos usufruem de 10% de desconto sobre o valor das mensalidades dos cursos de inglês, francês e alemão.



PROTOCOLO OPP /
Normed

Foi celebrado um Protocolo entre a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) e a Normed, Mediação Técnica de Seguros Industriais, SA, responsável pela gestão dos segurados pela Caisse Chirurgical et Mutuelle de L'Oise (CCMO). Este protocolo beneficia todos os Membros da Ordem e respectivos agregados familiares relativamente a Seguros de Saúde.



Alliance Française

PROTOCOLO OPP /
Alliance Française

A Ordem dos Psicólogos assinou um Protocolo que permite aos Membros da Ordem, e familiares directos, um desconto de 10% nos cursos de francês.



Instituto
Espanhol
de Línguas

PROTOCOLO OPP /
Instituto Espanhol de Línguas

A Ordem dos Psicólogos assinou um Protocolo com o Instituto Espanhol de Línguas. Através deste acordo, os sócios da OPP e os seus familiares directos usufruem de 10% de desconto (não acumulável com outros descontos) na inscrição de Cursos de Espanhol de Formação Regular. ■



FUNDAMENTAL PARA O EXERCÍCIO DA PSICOLOGIA

Documento disponível em www.ordemdospsicologos.pt

SABSEG
seguros
construímos relações seguras



A **Sabseg Seguros** tem para si, que é Psicólogo, **soluções específicas** de Protecção para a sua vida profissional e particular. Contamos com os melhores profissionais para lhe proporcionar um atendimento de excelência.

Estude connosco a solução que melhor se adapta à sua vida profissional

Contacte-nos!
ordensprofissionais@sabseg.pt

Braga | Lisboa | Porto | Coimbra | Viana do Castelo | Barcelos | Guimarães | Joane | Estarreja | Aveiro | Pombal | Leiria | Fátima | Ansião | Setúbal | Torres Novas | Porto de Mós | Funchal
Barcelona | Luanda | São Paulo | Maputo

www.sabseg.pt

SABSEG - Mediação de Seguros S.A. Sede: Praça Conde de Agrolongo, 15 - 4700-312 Braga | tel. +351 253 080 300 | fax +351 253 272 949 | geral@sabseg.pt | www.sabseg.pt | Mediador de seguros inscrito em 21/01/07, no registo do ISP - Instituto de Seguros de Portugal com a categoria de Agente de Seguros, sob o nº 407164285/3, com autorização para os ramos Vida e Não Vida, verificável em www.isp.pt | Membro APROSE com o nº 826 verificável em www.aprose.pt

35TH INTERNATIONAL SCHOOL PSYCHOLOGY ASSOCIATION CONFERENCE

17 - 20 JULY 2013 | PORTO - PORTUGAL



www.ispaopp2013conference.pt

THE FUTURE OF SCHOOL PSYCHOLOGY SERVICES:
LINKING **CREATIVITY** AND **CHILDREN'S NEEDS**

